

Disrupção no Sistema Financeiro Brasileiro: uma análise a partir do Pix

Disruption in the Brazilian Financial System: an analysis based on Pix

Disrupción en el Sistema Financiero Brasileño: un análisis a partir de Pix

Flaviane Ramos dos Santos¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a disrupção causada pelo Pix no sistema financeiro brasileiro, destacando seus efeitos na digitalização dos meios de pagamento e inclusão financeira. Criado pelo Banco Central, em 2020, o Pix se tornou o meio de pagamento mais utilizado e passou a fazer parte do cotidiano de grande parte da população brasileira, sendo importante na democratização do acesso a transações rápidas e gratuitas. A existência de 858 milhões de chaves cadastradas em junho de 2025 e a movimentação de cerca de 6,4 trilhões de reais no primeiro semestre de 2024 ilustram sua relevância no país em comparação as outras formas de pagamento como dinheiro, cheque, DOC, TED e cartões. Conclui-se que, apesar dos desafios em relação a golpes e fraudes, bem como a necessidade de acesso à internet e familiaridade com tecnologias digitais, o Pix representa uma transformação profunda no sistema financeiro brasileiro, alterando a forma como as instituições financeiras operam e como os serviços financeiros são acessados e utilizados no Brasil. Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a leitura de referências sobre o tema e a pesquisa de dados em instituições oficiais, como Banco Central do Brasil, para subsidiar nossa fundamentação teórico-conceitual e analítica.

PALAVRAS-CHAVES: sistema financeiro; PIX; disrupção.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the disruption caused by Pix in the Brazilian financial system, highlighting its impacts on the digitization of payment methods and financial inclusion. Created by the Central Bank, in 2020, Pix has become the most widely used payment method and has become part of the daily life of a large portion of the Brazilian population, playing a key role in democratizing access to fast and free transactions. The existence of 858 million registered keys in June 2025 and the movement of approximately 6.4 trillion reais in the first half of 2024 illustrate its relevance in the country compared to other payment methods such as cash, checks, DOC, TED, and cards. The study concludes that, despite challenges related to fraud and scams, as well as the need for internet access and familiarity with digital technologies, Pix represents a profound transformation in the Brazilian financial system, changing the way financial institutions operate and how financial services are accessed and used in Brazil. To this end, we used as methodological procedures the reading of references on the topic and the research of data from official institutions, such as the Central Bank of Brazil, to support our theoretical-conceptual and analytical foundation.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Presidente Prudente (SP). Professora Adjunta no Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campus Paranavaí. E-mail: flavianeramos2@gmail.com.

KEYWORDS: *financial system; Pix; disruption.*

RESUMEN: *El presente trabajo tiene como objetivo analizar la disrupción causada por el Pix en el sistema financiero brasileño, destacando sus efectos en la digitalización de los medios de pago y en la inclusión financiera. Creado por el Banco Central, en 2020, el Pix se ha consolidado como el medio de pago más utilizado y ha pasado a formar parte del día a día de gran parte de la población brasileña, siendo clave en la democratización del acceso a transacciones rápidas y gratuitas. La existencia de 858 millones de claves registradas en junio de 2025 y el movimiento de aproximadamente 6,4 billones de reales en el primer semestre de 2024 ilustran su relevancia en el país en comparación con otras formas de pago como el dinero en efectivo, el cheque, el DOC, el TED y las tarjetas. Se concluye que, a pesar de los desafíos relacionados con estafas y fraudes, así como la necesidad de acceso a internet y familiaridad con tecnologías digitales, el Pix representa una transformación profunda en el sistema financiero brasileño, alterando la forma en que operan las instituciones financieras y cómo se accede y se utilizan los servicios financieros en Brasil. Para ello, utilizamos como procedimientos metodológicos la lectura de referencias sobre el tema y la investigación de datos en instituciones oficiales, como el Banco Central de Brasil, para fundamentar nuestra base teórico-conceptual y analítica.*

PALABRAS-CLAVE: *sistema financiero; Pix; disrupción.*

INTRODUÇÃO

Novas tecnologias, novos modelos de negócios e mudanças no comportamento do consumidor são responsáveis pelo rompimento de padrões no sistema financeiro brasileiro na medida que desafiam os bancos e instituições tradicionais e a forma como os serviços financeiros são oferecidos e consumidos pela população. A esse rompimento ou alteração significativa vamos chamar de disrupção.

Quando falamos em disrupção precisamos considerar dois aspectos: o primeiro envolve a necessidade e a demanda dos consumidores que geralmente não está sendo plenamente atendida pelas empresas e instituições que já atuam naquele mercado e o segundo envolve uma ideia que é potencializada pela tecnologia e vai ser responsável por alterar todo o funcionamento daquele segmento.

Os bancos tradicionais dominaram o mercado financeiro por muitos anos, mas, com o surgimento de novas tecnologias que oferecem mais facilidade para os clientes e o surgimento dos bancos digitais e *fintechs* (empresas que utilizam a tecnologia de forma intensa para inovar e oferecer serviços financeiros de maneira mais ágil, acessível e eficiente) se apresentando como concorrentes inesperados, esse domínio foi parcialmente desfeito. Ou seja, o cenário pré-disrupção é caracterizado pelo monopólio dos grandes bancos, com enormes burocracias, altas taxas e pouca inclusão.

O ingresso de novos players no Sistema Financeiro Nacional (SFN), muitas vezes com foco em tecnologia e inovação, trouxe mais concorrência para o setor, forçando as instituições tradicionais a se reinventar e se adaptar para permanecerem competitivas (Bastos, 2023).

Embora as fintechs sejam consideradas como motor inicial da disruptão, o presente trabalho tem como objetivo analisar a disruptão causada pelo Pix no sistema financeiro brasileiro, destacando seus efeitos na digitalização dos meios de pagamento e inclusão financeira. Ainda que não seja o objetivo específico deste trabalho, é importante destacar que a adoção massiva e o uso do Pix não ocorrem de forma homogênea no território brasileiro, apresentando disparidades regionais e locais expressivas em razão das complexas dinâmicas socioeconômicas que caracterizam o país (Trevisan *et al.*, 2025).

O Pix não apenas causou uma disruptão no sistema de pagamentos, como também está redesenhando o mapa financeiro do país. Trevisan *et al.* (2025) demonstram que essa tecnologia se espalhou por todo o território nacional. Contudo, a frequência de uso e o valor transacionado revelam as profundas desigualdades regionais, onde a disruptão se manifesta de forma distinta no país. Em outras palavras, o Pix redesenha o mapa financeiro do país, mas o faz sobre um território já marcado por distintas lógicas socioeconômicas (Santos, 2004).

Nosso foco, no entanto, neste trabalho, será compreender o papel do Pix como catalisador e acelerador desta disruptão, sobretudo no segmento de pagamentos, pois já se consolidou como o meio de pagamento mais utilizado e passou a fazer parte do cotidiano de grande parte da população brasileira, sendo importante na democratização do acesso a transações rápidas e gratuitas.

Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a leitura de referências sobre o tema (embora ainda haja poucos estudos acadêmicos específicos sobre o Pix, sobretudo no âmbito da Geografia) e a pesquisa de dados em instituições oficiais, como Banco Central do Brasil, para subsidiar a fundamentação teórico-conceitual e analítica deste artigo e o organizamos em três tópicos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, apresentamos o cenário pré-disruptão, reunindo um conjunto de dados referente a quantidade de transações e valor transacionado dos principais meios de pagamento no Brasil e fazemos um comparativo entre eles no que diz respeito as vantagens e desvantagens.

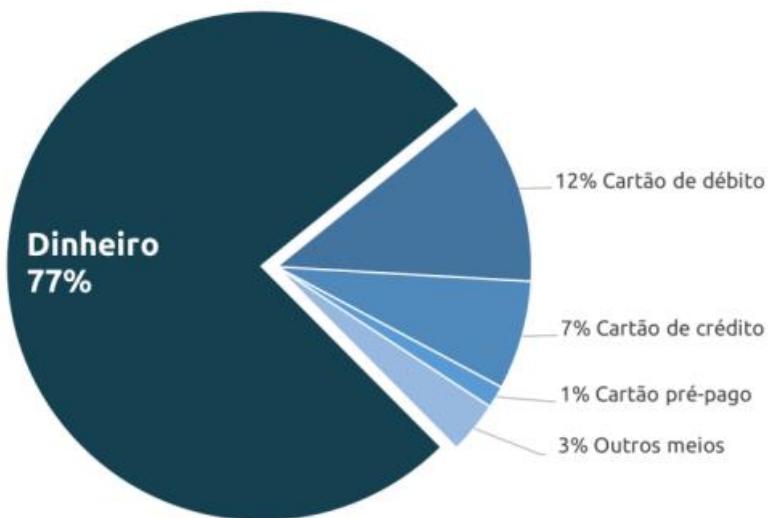
Em seguida, discutimos como o Pix, lançado em novembro de 2020 pelo Banco Central como alternativa gratuita e instantânea de pagamento, se tornou gradativamente o método preferido da maioria dos brasileiros. A existência de 858 milhões de chaves cadastradas em junho de 2025 e a movimentação de cerca de 6,4 trilhões de reais no primeiro semestre de 2024 ilustram sua relevância.

Por último, para entendermos como essa disruptão acontece, precisamos considerar alguns elementos que, em conjunto, criaram um ambiente de profunda transformação no sistema financeiro brasileiro.

CENÁRIO PRÉ-DISRUPÇÃO

O dinheiro em espécie, até o ano de 2019, ainda era o meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros. Isso é o que indica o relatório da pesquisa “O brasileiro e os hábitos de uso de meios de pagamento”, realizada pelo Banco Central. De acordo com o referido relatório, no ano de 2019 77% das transações realizadas pelos brasileiros utilizavam o dinheiro em espécie (Figura 1), sobretudo nas compras de baixo valor.

Figura 1 – Compras por instrumento de pagamento (2019)



Fonte: Banco Central do Brasil (2021).

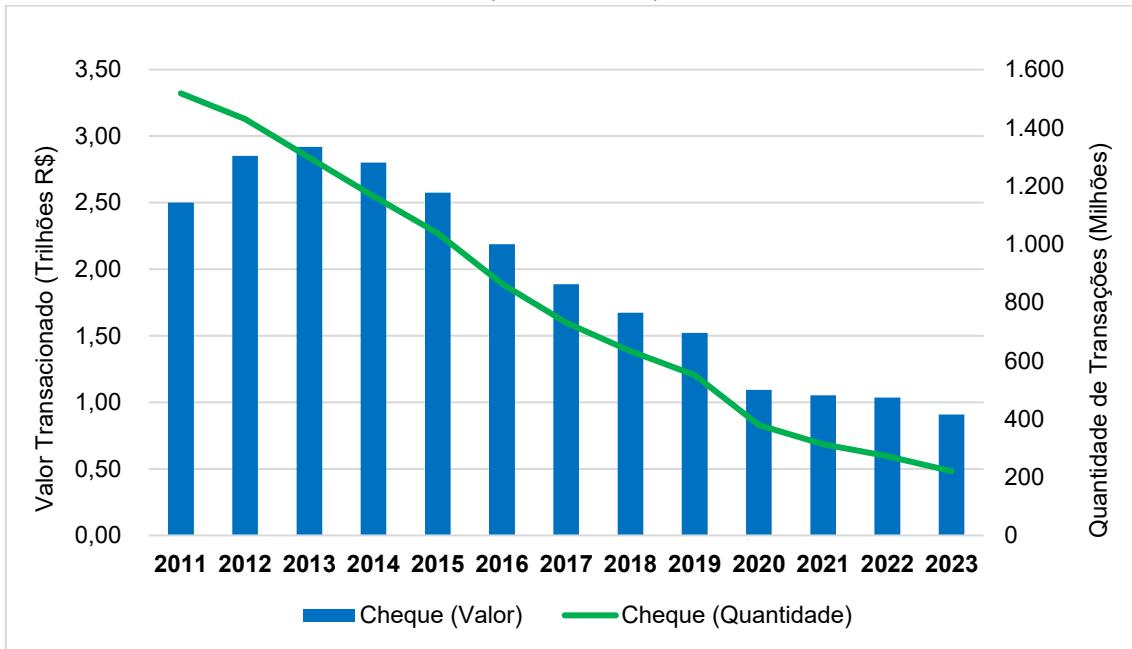
Embora a população brasileira não perceba, o custo social do dinheiro em espécie é bastante elevado. Existem custos relativos à segurança e à movimentação de dinheiro em espécie que são incorporados nos preços dos serviços bancários e, consequentemente, repassados aos consumidores desses serviços. Nesse contexto, o Banco Central decidiu criar um novo meio eletrônico de pagamento visando, entre outros objetivos, diminuir o uso de dinheiro em espécie e promover maior digitalização dos meios de pagamento (Banco Central do Brasil, 2023).

Entretanto, antes de falarmos sobre o Pix, pretendemos mostrar como era o sistema financeiro brasileiro antes da onda de inovações. Para tanto, vamos apresentar o sistema financeiro “tradicional” até o atual, para em seguida, destacar o Pix e os marcos da disrupção.

Nos últimos anos verificou-se uma redução significativa no uso de cheques como forma de pagamento no Brasil (Figura 2). De acordo com Banco Central, no período de 2011 a 2023, a quantidade de transações com cheques teve redução de cerca de 83%, saindo de aproximadamente 1.500 milhões para 220 milhões. Em relação ao valor total transacionado

por meio de cheques, considerando o mesmo período, a redução foi de quase 60%, saindo de cerca de R\$ 2,5 trilhões para R\$ 1,0 trilhão.

Figura 2 – Brasil: Uso de Cheque, por quantidade de transações e valor transacionado (2011 - 2023)



Fonte: Elaboração da autora, adaptado de Banco Central do Brasil (2024).

Esses dados revelam uma significativa diminuição no uso e na importância dos cheques como meio de pagamento, refletindo profundas mudanças no comportamento dos consumidores brasileiros nos últimos anos em razão da busca por maior praticidade e segurança.

Nesse contexto, um dos fatores que explica o menor uso de cheques no Brasil é justamente a questão da segurança e, relacionado a isso, a diminuição da aceitação por parte de muitos dos estabelecimentos comerciais no país. De modo geral, os transtornos envolvem a falsificação de assinatura, a utilização indevida em caso de extravio ou furto/roubo e, principalmente, a emissão de cheques sem fundos.

A burocracia e os custos também se apresentam como uma desvantagem ao uso do cheque, pois os bancos podem cobrar taxas pela emissão de talões e pela compensação. Além disso, a necessidade de preenchimento, depósito e um determinado número de dias úteis para sua compensação tornam o processo mais demorado em comparação com outras formas de pagamento.

Entretanto, apesar da diminuição, precisamos ressaltar que o cheque ainda persiste em alguns nichos, sobretudo para transações de alto valor ou quando é utilizado como garantia

(cheque caução) em contratos. Ou seja, o cheque ficou mais restrito a nichos e usos pontuais enquanto, por outro lado, o consumidor comum passou a escolher outras alternativas.

Outros dois instrumentos de pagamento utilizados no Brasil que tiveram um recente declínio foi a Transferência Eletrônica Disponível e o Documento de Ordem de Crédito, popularmente conhecidos como TED e DOC. Ambos são formas de transferência entre contas bancárias, cuja principal diferença está no prazo de compensação e no valor máximo que pode ser transferido.

A TED permite transferências de valores acima de cinco mil reais e o prazo de compensação varia dependendo do horário de realização, ou seja, se a transferência for realizada até às 17 horas o valor cai na conta do beneficiário no mesmo dia (mas não é instantâneo); após esse horário, o dinheiro cai somente no próximo dia útil. Já o DOC, que deixou de existir em fevereiro de 2024, permitia transferências de valores até cinco mil reais e o dinheiro caía na conta do beneficiário somente no dia útil seguinte ou em até dois dias úteis em caso de finais de semana e feriados.

Portanto, a falta de instantaneidade e o tempo de compensação são os maiores problemas do TED e DOC, cuja demora é incompatível com a urgência de muitas transações modernas. Também é importante destacar a cobrança de taxas elevadas, além da burocracia e do risco de erro de digitação, pois ambas transações exigiam o preenchimento de diversos dados bancários do recebedor (nome completo, CPF/CNPJ, banco, agência, conta e tipo de conta).

A figura 3 apresenta a quantidade de transações e o valor transacionado via TED e DOC no Brasil entre 2011 e 2023. Nela podemos observar que houve um aumento na quantidade de transações TED, saindo de cerca de 130 milhões em 2011 para cerca 900 milhões em 2023, com pico, em 2020, de aproximadamente 1.900 milhões de transações. Em relação ao valor transacionado via TED, também se verifica um aumento constante, saindo de cerca de R\$ 10 trilhões em 2011 para mais de R\$ 40 trilhões em 2023.

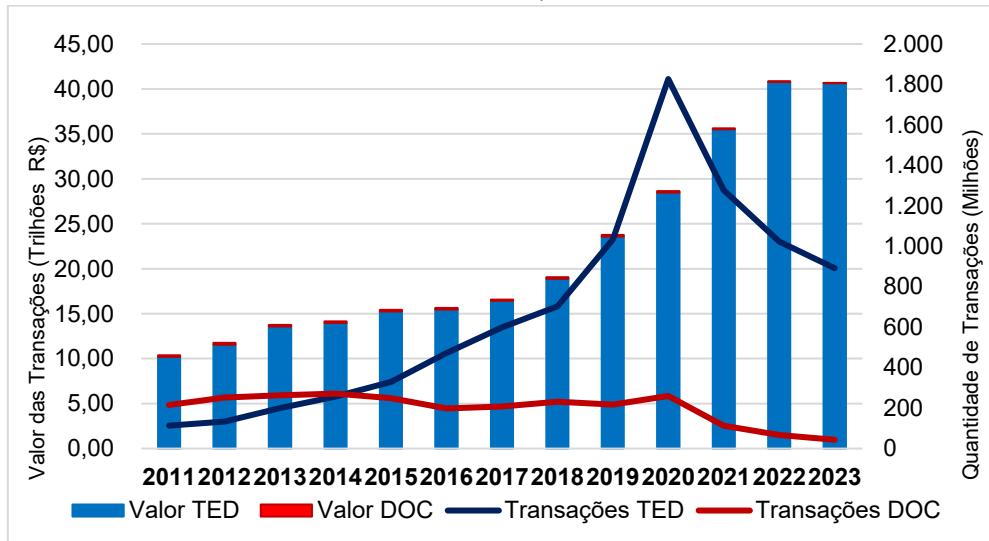
No que concerne ao DOC, tanto o valor quanto a quantidade de transações mantêm-se baixos e relativamente estáveis no período analisado, com queda também ocorrendo a partir de 2020.

O ano de 2020 apresentou um pico na quantidade de transações TED, que está relacionado ao período da pandemia da COVID-19 que impulsionou significativamente as transações online diante da necessidade de isolamento social e, nesse momento, TED era a opção de transferência mais rápida disponível antes do surgimento e popularização do Pix.

Já o ano de 2021 se mostrou como um ponto de inflexão tanto para o TED quanto para o DOC, com queda brusca na quantidade de transações TED e a quase irrelevância do DOC

que culmina no seu fim, em fevereiro de 2024, pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Figura 3 – Brasil: Quantidade de Transações e Valor Transacionado com TED e DOC (2011 - 2023)



Fonte: Elaboração da autora, adaptado de Banco Central do Brasil (2024).

Embora a TED ainda exista, seu volume de transações diminuiu bastante, principalmente para pessoas físicas. Seu uso passou a ocorrer em maior quantidade para transferências de valores muito altos, visto que alguns bancos concedem limites maiores para TED em determinados horários.

Deste modo, os cheques e as transferências eletrônicas via TED e DOC se tornaram meios de pagamento menos relevantes e, no caso do DOC, obsoletos para a maioria das necessidades dos brasileiros. Entretanto, para além dos motivos supracitados, outra importante explicação (e talvez a principal) para as respectivas diminuições está na modernização dos meios de pagamento no Brasil, especialmente com o surgimento de uma nova forma de pagamento: o Pix.

Mas, antes de falarmos sobre o Pix, precisamos analisar outra importante forma de pagamento utilizada no Brasil: os cartões. De acordo com Santos e Pereira (2019), o uso de cartões de crédito e débito no Brasil teve um crescimento significativo a partir dos anos 2000, reflexo do desenvolvimento da sociedade de consumo e expansão do crédito no país.

Dois elementos são fundamentais para compreender o fenômeno da creditização, principal responsável pela expansão do consumo nos anos 2000. Primeiro, de um lado, o reconhecimento dos bancos e instituições financeiras sobre a necessidade de desburocratizar o crédito como uma forma de incorporar a população de menor poder aquisitivo e assim aumentar seus lucros e, por outro, o reconhecimento dessa população de menor poder aquisitivo sobre a possibilidade de diversificar seu consumo por meio do acesso facilitado ao crédito (Santos; Pereira, 2019, p.196).

Sobre essa questão, Montenegro (2017) traz um elemento importante para nossas análises ao pontuar que a recente dinâmica socioeconômica no Brasil produziu uma transformação nos padrões de vida da população de menor poder aquisitivo, marcada pelo maior acesso a bens de consumo. Essa alteração, impulsionada em grande parte pela “banalização” do acesso ao crédito, configurou um cenário que merece atenção especial, pois:

Autorizada pela banalização do acesso ao crédito, a expansão recente do consumo alcançou também a população de baixa renda. No território brasileiro, e em especial em suas maiores cidades, conforma-se hoje, por conseguinte, uma pobreza permeada por novos padrões de consumo – desejosa de certas marcas e da frequência a certos tipos de estabelecimentos – mas também por uma nova escassez (Montenegro, 2017, p. 97).

A observação de Montenegro (2017) revela um paradoxo central: a inclusão dessas camadas sociais no mercado consumidor, embora lhes garanta acesso a bens antes restritos, não anula a condição de pobreza. Pelo contrário, ela redefine a privação, gerando uma "nova escassez" que se manifesta, por exemplo, na dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade, moradia adequada ou direitos básicos, tornando a análise da desigualdade mais complexa e urgente.

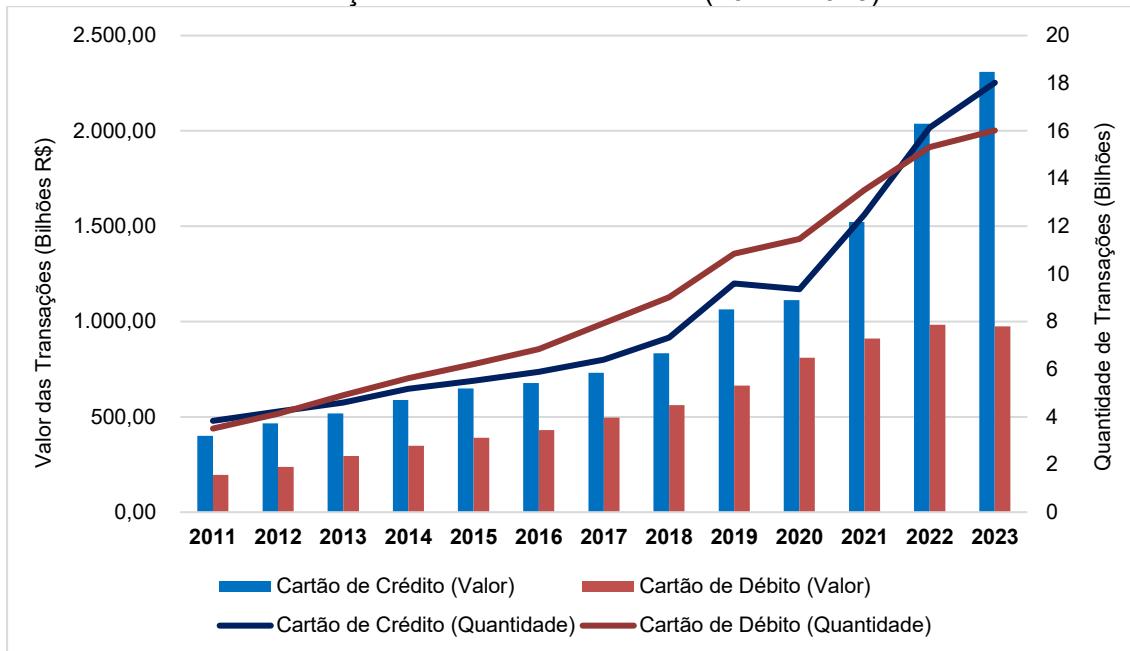
Conforme mostra a Figura 4, o cartão de crédito, bastante utilizado para consumo parcelado e compras online, saltou de cerca de 3,8 bilhões de transações, em 2011, para aproximadamente 18 bilhões, em 2023. Já em relação ao valor transacionado notamos um salto de cerca de 401 bilhões de reais, em 2011, para aproximadamente 2,3 trilhões de reais, em 2023 (Banco Central do Brasil, 2025). De modo geral, percebemos um significativo aumento no uso do cartão de crédito no país, com leve oscilação nos anos de 2019 e 2020, seguido de um crescimento considerável nos anos seguintes.

O cartão de débito, por sua vez, saltou de cerca de 3,5 bilhões de transações, em 2011, para aproximadamente 16 bilhões, em 2023. Em relação ao valor transacionado o aumento foi de cerca de 196 bilhões de reais, em 2011, para aproximadamente 975 bilhões de reais, em 2023 (Banco Central do Brasil, 2025). Apesar do Pix ser um forte concorrente, sobretudo para o débito, os cartões continuam tendo enorme relevância no país como uma das principais formas de pagamento no país.

Quando comparamos os dados referente ao uso de cartão de crédito e de cartão de débito no Brasil podemos notar que há uma prevalência do primeiro em relação ao segundo, tendo em vista que o crédito permite o consumo parcelado de produtos e serviços de maior valor, enquanto que o débito se trata de um consumo à vista, isto é, exige que o consumidor disponha do valor em sua conta bancária para que o consumo seja efetivado.

A imediaticidade garantida pelo crédito representa sua grande sedução, visto que sua facilidade proporciona ao consumidor acesso imediato a um bem cuja renda não permitiria aceder. Entre a população pobre brasileira, o impulso da compra atende, ademais, a uma demanda extremamente legítima, mas reprimida durante décadas (Montenegro, 2016, p. 3).

Figura 4 - Brasil: Uso de Cartão de Crédito e Cartão de Débito, por quantidade de transações e valor transacionado (2011 - 2023)



Fonte: Elaboração da autora, adaptado de Banco Central do Brasil (2024).

A seguir, vamos analisar o Pix como uma inovação disruptiva no sistema financeiro brasileiro, pois a partir da sua criação e popularização houve rupturas e transformações significativas na forma como as instituições financeiras operam e como os serviços financeiros são acessados e utilizados no Brasil.

O PIX E A DISRUPÇÃO NO SISTEMA FINANCEIRO

O sistema de pagamentos instantâneos no Brasil recebeu o nome de Pix. Ao contrário do que muitos pensam, não se refere a uma sigla e, por este motivo, a palavra não deve ser escrita totalmente em letra maiúscula. A escolha desse nome pelo Banco Central está relacionada a ideia de tecnologia e Pixels, ou seja, elementos que representam a rapidez e a eficiência do sistema (Banco Central do Brasil, 2023).

Criado em novembro de 2020, pelo Banco Central do Brasil, o Pix revolucionou as transferências bancárias no país na medida que trouxe como principais vantagens a gratuidade (para pessoas físicas), a instantaneidade (transferências concluídas em poucos

segundos), a disponibilidade 24/7 (transferências a qualquer hora do dia, em qualquer dia da semana, incluindo domingos e feriados) e a simplicidade (bastando inserir a chave Pix do recebedor).

Também se destaca pela versatilidade decorrente da possibilidade de transferências entre pessoas, empresas e governo e entre instituições financeiras distintas independentemente do valor da transação e do tipo de conta, pois o Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga. Para Trevisan *et al.* (2025, p. 4), o Pix é um exemplo claro de inovação disruptiva no setor financeiro brasileiro, cujas principais características podem ser vistas na Figura 5.

O sistema Pix [...] foi desenvolvido para aumentar a eficiência e a competição do sistema de pagamentos no país, respondendo a uma necessidade de aprimoramento que vinha sendo discutida há muito tempo. Sua criação é um marco que solucionou o problema crucial da plena interoperabilidade entre todos os agentes financeiros (bancos e fintechs).

Figura 5 – Características do Pix

 Rápido Transações concluídas em poucos segundos, recursos disponíveis para o recebedor em tempo real	 Disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.	 Fácil Experiência facilitada para o usuário.
 Barato Gratuito para pessoa física pagadora. Custo baixo para os demais casos.	 Seguro Robustez de mecanismos e medidas para garantir a segurança das transações.	 Aberto Estrutura ampla de participação, possibilitando pagamentos entre instituições financeiras distintas.
 Versátil Instrumento multiproposta, que pode ser usado para pagamentos independente de tipo e valor da transação, entre pessoas, empresas e governo.	 Integrado Informações importantes para conciliação poderão cursar junto com a ordem de pagamento, facilitando a automação de processos e a conciliação dos pagamentos.	

Fonte: Banco Central do Brasil (2024).

Nesse contexto, o Relatório de Gestão do Pix (Banco Central do Brasil, 2023) se torna uma fonte crucial para entender o design estratégico e os propósitos iniciais do Banco Central do Brasil. Segundo esse documento, o Pix foi criado com os seguintes objetivos:

- 1) diminuir o uso de dinheiro em espécie e promover maior digitalização dos meios de pagamento; 2) fomentar a competição e promover a eficiência do mercado de pagamentos de varejo; 3) incentivar a inovação e viabilizar novos modelos de negócio, não apenas na indústria financeira e de pagamentos, mas também nas demais atividades da economia real; 4) democratizar o acesso a meios eletrônicos de pagamento e contribuir para a inclusão financeira e digital; 5) reduzir o custo das transações eletrônicas; e 6) oferecer

uma experiência, no uso de meios eletrônicos, simples, segura e sem fricções (Banco Central do Brasil, 2023, p. 6).

De acordo com Santos e Santos (2023), para fazer um pagamento ou transferência utilizando o Pix basta inserir uma chave previamente cadastrada que é identificada pelo sistema do BACEN, sem que seja necessário inserir dados adicionais, tais como: agência e número da conta de destino. Dessa forma, “[...] as transferências ocorrem diretamente da conta do usuário pagador para a conta do usuário recebedor, sem a necessidade de intermediários, o que propicia custos de transação menores” (Banco Central do Brasil, 2023, p. 17).

Para utilização do sistema de pagamento por Pix há necessidade que o aparelho celular do pagador esteja conectado à internet, visto que “[...] todos os dados relativos as chaves Pix cadastradas estão armazenados no banco de dados do Banco Central, mais precisamente, no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT)” (Rimonato; Santos, 2021, p. 8). Segundo o Banco Central do Brasil (2023, p. 17):

Além de aumentar a velocidade em que pagamentos ou transferências são feitos e recebidos, tem o potencial de alavancar a competitividade e a eficiência do mercado; baixar o custo, aumentar a segurança e aprimorar a experiência dos clientes; promover a inclusão financeira e preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis atualmente à população. Em linha com a revolução tecnológica em curso, possibilita a inovação e o surgimento de novos modelos de negócio e a redução do custo social relacionada ao uso de instrumentos baseados em papel.

Desde o seu lançamento, em 2020, como nova forma de pagamento no Brasil, o número de transações e o valor transacionado utilizando Pix só aumenta. Na figura 6 podemos ver alguns benefícios do Pix para os pagadores, os recebedores e para o ecossistema.

De acordo com as estatísticas mais recentes, existiam cerca de 175 milhões de usuários no mês de junho de 2025. Desse total, 159,9 milhões eram pessoas físicas; e 15,56 milhões, pessoas jurídicas. Tanto em termos de usuários quanto de chaves cadastradas, há mais pessoas físicas do que pessoas jurídicas utilizando Pix no Brasil. Isso pode ser explicado considerando que a quantidade de pessoas físicas (indivíduos) é significativamente maior do que a quantidade de pessoas jurídicas (empresas), bem como a gratuidade para uso pessoal.

Além disso, o uso do Pix no Brasil segue batendo recordes de transações diárias como, por exemplo, no dia 6 de junho de 2025 em que foram feitas 276,7 milhões de transferências. O recorde diário anterior tinha sido registrado em 20 de dezembro de 2024, dia do pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário, com 252,1 milhões de movimentações.

Para fazer uma transferência bancária TED/DOC é necessário um conjunto de informações do recebedor como, por exemplo, banco, agência, número da conta, tipo de

conta, nome completo e CPF/CNPJ. Já a chave Pix é recurso de identificação simplificado, pois com uma única informação (CPF/CNPJ, telefone, e-mail ou chave aleatória) é possível fazer transferências ou pagamentos.

Figura 6 – Benefícios do Pix



Fonte: Banco Central do Brasil (2024).

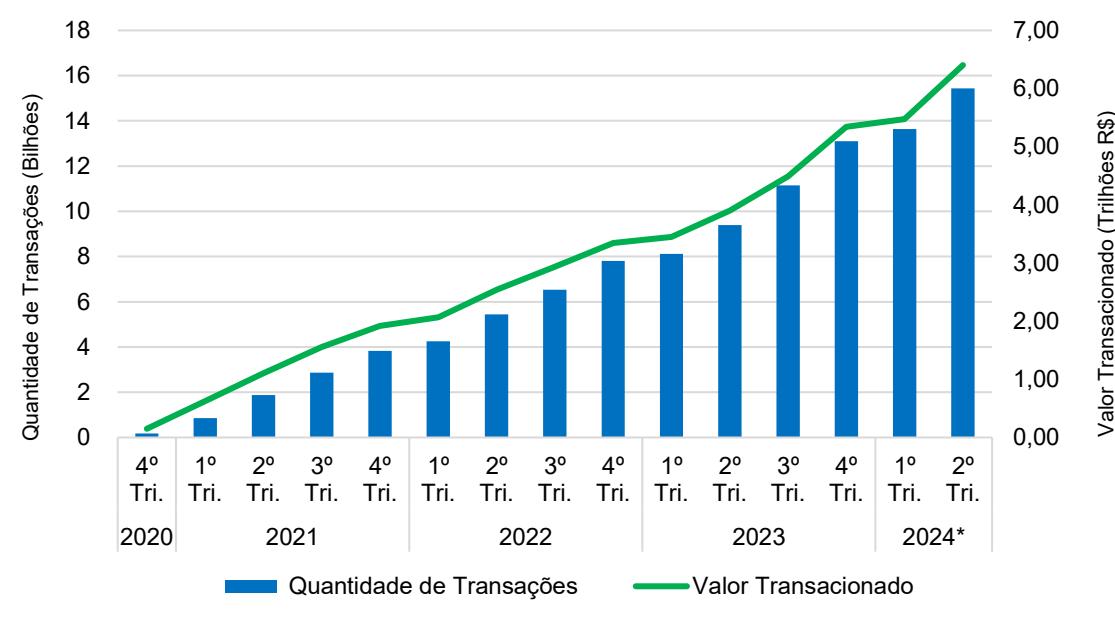
Deste modo, a quantidade de chaves Pix cadastradas (recurso de identificação simplificado que tornou as transferências e pagamentos muito mais simples e rápidos) também é um dado impressionante. Embora cada chave Pix só possa estar vinculada a uma única conta bancária, uma pessoa física pode ter até cinco chaves cadastradas e uma pessoa jurídica até 20 chaves. Isso explica a existência de cerca de 858 milhões de chaves cadastradas até junho de 2025 no país (Banco Central, 2025). Sobre essa questão, Santos e Santos (2023, p. 27) afirmam que:

Esse quantitativos elevados se justificam pela possibilidade de uma mesma pessoa possuir mais de uma chave Pix cadastrada, bem como a ausência de limite de uma quantidade de transações diárias a serem realizadas pelo usuário, ou então, limite de valor a ser transacionado em cada operação. Deste modo, a aceitação de boa parte da população brasileira a esse novo sistema de pagamentos instantâneos se deve a sua facilidade, visto que há o recebimento imediato (incluindo em feriados e em fins de semana) e a ausência da cobrança de taxas para a efetuação da transação.

De acordo com o Banco Central, a quantidade de transações com Pix saiu de cerca de 175 milhões em 2011 para pouco mais de 15 bilhões no primeiro semestre de 2024. Já o

valor transacionado, nesse mesmo período, saiu de aproximadamente de 150 bilhões de reais para cerca de 6,4 trilhões de reais, conforme mostra a Figura 7.

Figura 7 - Brasil: Quantidade de Transações e Valor Transacionado com Pix (2020 - 2024*)



Fonte: Elaboração da autora, adaptado de Banco Central do Brasil (2024).

Quando comparado as outras formas de pagamento, o Pix apresenta vantagens significativas. Por exemplo, as transações de pagamento utilizando cartão (crédito ou débito) exigem o uso de maquininhas e as transações de pagamento por meio de boleto exigem a leitura de código de barras. Em contrapartida, com o Pix as transações podem ser feitas por meio do telefone celular conectado à internet, sem a necessidade de qualquer outro instrumento, além da liquidação acontecer em tempo real.

A instantaneidade é, portanto, a principal característica do Pix e pode ser analisada à luz do conceito de “compressão espaço-tempo” de David Harvey (2002), pois, para o autor, o capitalismo contemporâneo busca acelerar a circulação do capital e das informações, “encurtando” a distância e o tempo. Nessa perspectiva, o Pix materializa essa compressão no sistema financeiro brasileiro: ele elimina a fricção e a demora de dias úteis (características do DOC e TED), tornando o pagamento um ato imediato, independentemente da localização geográfica do pagador e do recebedor.

Portanto, como alternativa gratuita e instantânea o Pix se tornou gradativamente o método de pagamento preferido da maioria dos brasileiros que possuem uma conta corrente, conta poupança ou uma conta de pagamento pré-paga em uma das mais de 800 instituições aprovadas pelo Banco Central, superando até mesmo o dinheiro em espécie e os cartões de crédito, débito ou de lojas (Santos; Santos, 2023).

Apesar das vantagens supracitadas, precisamos mencionar um dos principais desafios do Pix que exige cuidado e atenção permanente dos usuários e aprimoramento constante das medidas de segurança e monitoramento por parte das instituições financeiras e, principalmente, do Banco Central. Estamos nos referindo ao aumento dos golpes e fraudes envolvendo o Pix.

Sobre essa questão, Silva *et al.* (2025) analisam as fraudes envolvendo transações Pix e a efetividade dos métodos adotados pelas instituições bancárias como, por exemplo, o Mecanismo Especial de Devolução (MED) que permite o bloqueio cautelar dos valores recebidos por suspeitos de fraude, bem como debate a responsabilidade sobre os prejuízos causados.

O que podemos concluir é que, apesar dos desafios em relação a golpes e fraudes, o Pix representa uma transformação profunda no sistema financeiro brasileiro, alterando a forma como as instituições financeiras operam e como os serviços financeiros são acessados e utilizados no Brasil. Para entendermos melhor como isso acontece vamos, no próximo tópico, abordar alguns marcos dessa disrupção que, em conjunto, criaram esse ambiente de profunda transformação.

MARCOS DA DISRUPÇÃO

Com a crescente digitalização da economia e o surgimento dos bancos digitais e das fintechs, sobretudo a partir de 2014, ocorre profundas transformações no mercado financeiro, com destaque para a relativa desburocratização por meio do oferecimento de serviços com taxas mais baixas ou inexistentes, além de processos mais simples e rápidos. Isso representou um desafio aos grandes bancos, que passaram a oferecer serviços mais eficientes e inovadores para atrair e reter clientes.

Nesse contexto, o Pix estimulou a competição entre as instituições financeiras. Antes, o sistema financeiro brasileiro era marcado pela monopolização de grandes bancos, que dominavam o mercado e exerciam enorme poder na definição das condições e preços dos serviços financeiros, prejudicando de maneira significativa a concorrência.

Ao permitir transações a qualquer hora do dia e em todos os dias da semana, eliminando, portanto, as restrições de horário dos métodos tradicionais como cheque, TED e DOC, o Pix revolucionou os meios de pagamento da população brasileira. Assim, a velocidade e imediatismo em que as transações são processadas agiliza os pagamentos, recebimentos e a movimentação de dinheiro na economia. Essa aceleração não apenas aumenta a eficiência econômica, mas também altera a forma como o dinheiro é percebido e movimentado no cotidiano (Harvey, 2002), sendo um marco importante da disrupção.

Por esses motivos, ocorre, também, a diminuição no uso de outros meios de pagamento, sobretudo dinheiro físico. Isso ocorre não só como resultado da escolha da população por usar o meio de pagamento X ou Y, mas, também e, principalmente, porque houve aumento da aceitação do Pix como forma de pagamento e recebimento por parte das grandes e médias empresas, pequenos negócios, empreendedores individuais e até mesmo trabalhadores informais. Isso, com certeza, contribuiu de maneira significativa para sua popularização entre a população brasileira.

Pires (2024) ao analisar os novos cenários da Geografia das Fintechs no Brasil, nos revela o crescimento extraordinário das operações realizadas por meio dos celulares, que saltaram de 37,6%, em 2019, para 66%, em 2022, e, inclusive destaca o papel da pandemia de Covid-19 nesse processo.

O contexto da pandemia de Covid-19, nos obrigou a realizar algumas importantes adaptações culturais: a primeira, ter de reduzir o uso dos canais físicos de realização das operações financeiras e bancárias, ou seja, fomos compelidos a aprender a utilizar recursos e inovações disponíveis por meio de tecnologias móveis; a segunda, com expansão das *fintechs* surgiram mais facilidades proporcionadas pelo uso de um novo modelo de intermediação financeira, mais descentralizado e operacional, que exige apenas o uso de apps e tecnologias móveis (Pires, 2024, p. 19).

Outro marco importante é a maior inclusão financeira que representa uma mudança estrutural no perfil de bancarização do país. Graças ao Pix milhões de brasileiros que não tinham acesso a serviços bancários passaram a fazer parte do sistema financeiro formal. Isso acontece em decorrência das vantagens do Pix, ou seja, facilidade, gratuidade e instantaneidade nas transações, e também da relativa desburocratização, conforme supracitado.

O Pix possibilita, ainda, uma maior eficiência operacional para empresas de todos os portes e empreendedores individuais, pois facilita a gestão de fluxo de caixa, permitindo recebimentos instantâneos e reduzindo a dependência de maquininhas de cartão e boletos. Inclusive, hoje, é bastante comum ver empresas, independente do porte, incentivando o consumidor a pagar utilizando Pix como forma de reduzir os custos de transação e, em alguns casos, concedendo até mesmo descontos.

Portanto, o Pix, criado pelo Banco Central em novembro de 2020, não é apenas mais uma opção de pagamento para a população brasileira, mas é, também, pelos motivos supracitados, um verdadeiro marco disruptivo no sistema financeiro do país.

Por fim, é importante também considerar que as inovações tecnológicas e financeiras, ao mesmo tempo que criam um 'meio técnico-científico-informacional' globalizado, também acentuam as disparidades (Santos, 2004). O Pix, ao se expandir por todo o território nacional, exemplifica a modernização de um sistema em rede que, embora promova a inclusão

financeira e a cidadania por meio do acesso facilitado a transações gratuitas e instantâneas, em sua manifestação e no valor transacionado revela as profundas desigualdades regionais e locais do país, onde a apropriação da tecnologia é desigual.

Utilizado por cerca de 75% da população brasileira e representando quase metade das transações de pagamento no Brasil (Máximo, 2025), o Pix não apenas causou uma disrupção no sistema de pagamentos, como também está redesenhandando o mapa financeiro do país. Trevisan *et al.* (2025) demonstram que essa tecnologia se espalhou por todo o território nacional. Contudo, a frequência de uso e o valor transacionado revelam as profundas desigualdades regionais, onde a disrupção se manifesta de forma distinta no país.

Essas formas distintas de manifestação regional da disrupção do Pix (Trevisan *et al.*, 2025) podem ser observadas, por exemplo, na maior concentração de transações de alto valor e frequência empresarial em regiões economicamente mais dinâmicas (como o Sudeste e o Sul). Em contraste, o Pix nas regiões Norte e Nordeste, embora amplamente adotado, tende a ter um papel mais voltado à inclusão financeira de indivíduos, funcionando como o primeiro meio digital para muitos, e apresentando uma concentração maior em transações de menor valor. Em outras palavras, o Pix redesenha o mapa financeiro do país, mas o faz sobre um território já marcado por distintas lógicas socioeconômicas (Santos, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representando quase metade das transações de pagamento no Brasil, o Pix é o principal método de pagamento no país e responsável por uma transformação significativa no sistema financeiro brasileiro na medida que altera a forma como as instituições financeiras operam e como os serviços financeiros são acessados e utilizados no Brasil.

O Pix passou a fazer parte do cotidiano de grande parte da população brasileira, sendo importante na democratização do acesso a transações rápidas e gratuitas. Sua relevância é ilustrada, neste trabalho, quando o comparamos com outras formas de pagamento tradicionais (dinheiro físico, cheques, DOC/TED e cartões) no que tange às vantagens e desvantagens e analisamos o seu crescimento expressivo na quantidade de transações e no valor transacionado, bem como o número de chaves cadastradas.

A velocidade e imediatismo em que as transações são processadas agiliza os pagamentos, recebimentos e a movimentação de dinheiro na economia em contraposição aos métodos tradicionais de pagamento que, muitas vezes, envolviam cobrança de tarifas ou juros e demora na liquidez das transações, sendo, portanto, incompatível com as demandas da sociedade de consumo contemporânea que busca cada vez mais praticidade e agilidade.

Deste modo, o Pix surge não apenas como uma nova opção de pagamento para a população brasileira, mas também como um verdadeiro marco disruptivo no sistema financeiro do país na medida que promove digitalização dos meios de pagamento, inclusão financeira e redução de custos das transações.

Este estudo alcançou seus objetivos ao traçar uma análise da disruptão do sistema financeiro brasileiro a partir da criação e da maior adesão da população ao Pix como principal forma de pagamento no país. Contudo, a magnitude e a complexidade do tema exigem um olhar contínuo. Isso significa que o presente artigo deve ser compreendido como uma primeira etapa e uma parte introdutória de uma pesquisa mais abrangente sobre a disruptão financeira e, principalmente, sobre suas consequências territoriais.

A compreensão das dimensões geográficas do Pix é fundamental para compreendermos as implicações dessa tecnologia para diferentes grupos sociais e territórios e essencial para a formulação de políticas públicas que promovam a inclusão digital e financeira, e para o desenvolvimento de novas tecnologias que atendam às necessidades da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Luís Felipe. **Cronologia das fintechs no Brasil**: um olhar sobre a transformação do setor financeiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Empresarial) - Faculdade de Tecnologia de São Carlos, São Carlos, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O brasileiro e os hábitos de uso de meios de pagamento**. Brasília, DF: BCB, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Publicacoes_SPB/Relatorio_Decem_21572021.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas de meios de pagamentos**. Brasília, DF: BCB, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos?ano=2024>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Pix?**. Brasília, DF: BCB, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/Pix>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de gestão do Pix**: concepção e primeiros anos de funcionamento 2020-2022. Brasília, DF: BCB, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Pix/relatorio_de_gestao_Pix/relatorio_gestao_Pix_2023.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

MÁXIMO, Wellton. Pix bate recorde com quase 280 milhões de transações em um dia. **Agência Brasil**, Brasília, 9 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-06/Pix-bate-recorde-com-quase-280-milhoes-de-transacoes-em-um-dia>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 92 – 106, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13802>.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Financeirização, consumo e cotidiano: um olhar sobre seus novos nexos na periferia de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=10#M>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Novos cenários da Geografia das Fintechs no Brasil. A disputa territorial pelo mercado de serviços financeiros. **Ar@cne - Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 28, n. 286, p.1-25, enero 2024. DOI: <https://doi.org/10.1344/ara2024.286.44526>.

RIMONATO, Irene Pereira de Oliveira Stenzel; SANTOS, Jadir Perpétuo dos. Pix solução tecnológica de inclusão financeira. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 13, p.1-9, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21139>.

SANTOS, Flaviane Ramos dos; PEREIRA, Claudinei da Silva. Do escambo ao pagamento por meio eletrônico: análise do mercado de cartões no Brasil. **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente, v. 3, n. 10, p.187-208, jan./abr. 2019.

SANTOS, Flaviane Ramos dos; SANTOS, Felipe César Augusto Silgueiro dos. Consumo, crédito e cotidiano: pagamentos instantâneos (Pix) e por aproximação e novas práticas de gestão da renda no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 18–35, 2023. DOI: [10.14393/RCG249365642](https://doi.org/10.14393/RCG249365642).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Andressa Bianca Souza da; ARAÚJO JÚNIOR, José Bosco de; RODRIGUES, Victor Hugo de Souza; LEITE, Marcelo Augusto Rebouças. A responsabilidade civil das instituições bancárias por danos sofridos em golpes de Pix. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 7, p.1265-1279, jul. 2025. DOI: doi.org/10.51891/rease.v11i7.20151.

TREVISAN, Fabricio; GONZALEZ, Lauro; DINIZ, Eduardo H.; CERNEV, Adrian. **Geografia do Pix**: análise descritiva das transações Pix por município no ano de 2024. São Paulo: FGV EAESP, 2025. (Relatório Técnico). Disponível em: <https://onedrive.live.com/?redeploy=aHR0cHM6Ly8xZHJ2Lm1zL2IvYy8zNDQwMmNkNDE1NTE5MmZkL0VkbDhqQUIMVXExTnB3NjBONW1EWUFZQjFaHBWWFNLaVNDTGhRczVScHN6a3c%5FZT13NDZmVzc&cid=34402CD4155192FD&id=34402CD4155192FD%21s028c7cd9520b4dada70eb43799836006&parId=34402CD4155192FD%21354502&o=OneUp>. Acesso em: 30 set. 2025.

Recebido: agosto de 2025.

Aceito: novembro de 2025.